

# O PRAGMATISMO IMPOSSÍVEL

ORIGENS DA FORÇA SINDICAL<sup>1</sup>

Adalberto Moreira Cardoso

## Introdução

Em 1987, Júlio Lobos, analista de relações trabalhistas e consultor sindical de empresas, afirmou que é impossível às lideranças sindicais sustentar por muito tempo, no Brasil, um discurso apolítico e apartidário como orientador da ação sindical. Ele apontava duas razões principais para isto: em primeiro lugar, o movimento sindical necessitaria de representantes no parlamento, do que dependeria tanto sua sobrevivência organizacional (regulação da estrutura sindical), quanto a universalização de ganhos setoriais no mercado de força de trabalho por meio de legislação federal. Em segundo lugar, o líder sindical "tem uma carreira que, a partir de determinado momento, passa a ser de representação política. Ele não volta para o torno depois que deixa o sindicato" (*JT*, 10/8/87)<sup>2</sup>.

Esta afirmação tinha como alvo crítico o discurso de Luis Antônio de Medeiros, então apenas presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (doravante, SMS-P) e que, no lapso que separa sua eleição, em junho de 1987, e a crítica de Júlio Lobos, ganhou farto espaço na imprensa nacional para expressar suas concepções a respeito da ação sindical, do papel dos trabalhadores e dos sindicatos, dos empresários, do Estado e da política em geral.

Os editoriais da grande imprensa, neste período, apressaram-se em saudar o que chamaram "a modernidade" do discurso de Medeiros, ao qual qualificaram de "apolítico", essencialmente *tradeunionista* e de orientação neoliberal. Ressaltou-se principalmente sua ênfase no sindicato como um mecanismo de mercado. Medeiros seria o arauto, no movimento sindical brasileiro, dos ventos *market-oriented* que sopravam desde a Alemanha de Helmut Kohl, a Inglaterra de Margaret Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan, em antecipação ao "colapso das concepções totalizantes do

(1) Agradeço os comentários de Carlos Novaes, Alvaro Comin, Carlos A. B. e Silva, Eugênio Pacelli, Elça Zaidler, Helena Bins Ely e Miriam Dolnikoff que, em discussão acalorada, em muito contribuíram para a forma final deste artigo. A responsabilidade pelo que está dito, ocioso dizer, é toda minha.

(2) Todos os jornais e periódicos semanais de onde provêm as citações neste trabalho aparecerão abreviados. Um glossário de abreviaturas aparece ao final da bibliografia. Os números entre barras no interior dos parênteses indicam dia, mês e ano em que se publicou o excerto transcrito.

mundo, representadas pelo capitalismo de Estado soviético" (*OESP*, 17/09/87, editorial). Apoliticismo e modernidade, dois pilares do "novo" sindicalismo emergente.

Esta leitura do que se convencionou chamar, então, de "sindicalismo de resultados" é insustentável. Pretendo argumentar aqui que alguns condicionamentos estruturais relativos ao padrão histórico de incorporação dos trabalhadores na sociedade brasileira, associados a uma conjuntura de aguda crise econômica e de crise dos sistemas representativos durante o governo da "Nova República", vedaram o caminho pragmático que o discurso de Medeiros prescrevia como meta de um sindicalismo posto por ele como "moderno". Muita água correu entre o ponto que analiso e a criação da Força Sindical. Mas sustento que ela é resultado <sup>3</sup> de desdobramentos cujos pressupostos procuro fundar neste artigo.

### O pragmatismo vedado

Há mais de um século, Marx chamava a atenção para o conteúdo eminentemente político da ação sindical dos trabalhadores, quando endereçada ao aspecto normativo global das relações entre capital e trabalho: "Por exemplo, a tentativa em uma fábrica em particular ou em uma indústria em particular de obrigar os capitalistas a estabelecer uma jornada de trabalho menor, mediante greves etc., é um movimento puramente econômico. Ao contrário, o movimento que se dirige a conquistar uma lei da jornada de oito horas etc. é um movimento *político*. E, desta maneira, a partir de diversos movimentos econômicos dos operários, cresce em toda parte um movimento *político*, quer dizer, um movimento de *classe*, que tem por objetivo impor seus interesses de forma geral, uma forma que possui uma força social de compulsão geral"<sup>4</sup>.

Se isto é verdade, a *media* e os empresários tinham razão ao afirmar que Medeiros propugnava por uma ação sindical *apolítica*, pois limitada a ganhos no mercado de trabalho, isto é, limitada ao confronto privado com os capitalistas segundo suas possibilidades de mercado. Mas a história da inserção dos trabalhadores na sociedade brasileira, e em particular a conjuntura transitória para a democracia na qual Medeiros emergiu, conspiram contra esta interpretação. De fato, a ação sindical no país sempre foi politizada num sentido preciso: ela habitou os meandros da relação entre Estado e sociedade civil como uma questão crucial e irresolvida, de tal modo que simples demandas salariais se apresentaram, pelo menos desde Getúlio Vargas, como chifres assestados contra a capacidade de regulação pública do mercado de trabalho e dos salários, mecanismos, por sua vez, essenciais às políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, cujo padrão foi legado pelo próprio Vargas. Noutras palavras, o movimento sindical, regulado desde os seus inícios pelo Estado, viu suas demandas serem obstadas ou filtradas pelo "interesse público" que o Estado Desenvolvimentista encarnava, sendo real ou potencial-

(3) Trata-se de uma trajetória na qual o pragmatismo sindical deixou de sê-lo *stricto sensu*, ao perder o caráter *tradeunionista* que o discurso de Medeiros fazia supor orientá-lo. Não terei espaço, aqui, para narrar esta trajetória. Mas sua enunciação é necessária para que se compreenda o horizonte em relação ao qual desenvolvo o argumento que se segue.

(4) Marx, Karl, s.d.

mente desagregador da ordem política na qual se inseria, principalmente por afirmar a autonomia do interesse dos trabalhadores em relação àquele "interesse público".

### O argumento estrutural

A consolidação do capitalismo no Brasil é uma história marcada por um Executivo forte e centralizador, que produziu, geriu e financiou a acumulação. Nossa história política é também marcada pelo enorme poder do Executivo e da burocracia estatal, que fragilizou os partidos políticos e incorporou os conflitos de classe ao aparelho de Estado, com pequenos períodos de exceção desde Getúlio Vargas.

O papel da ditadura Vargas na estruturação do movimento sindical para seu controle é tema fartamente estudado na literatura clássica sobre o sindicalismo no país<sup>5</sup>. Não cabe retomar estes estudos no âmbito deste trabalho. Abordarei apenas os aspectos que me parecem essenciais ao argumento que desenvolvo aqui.

Vargas montou seu projeto desenvolvimentista a partir de uma idéia de Estado forte, centralizador e empreendedor, capaz de patrocinar a industrialização acelerada ao mesmo tempo em que, no plano social, controlava as demandas do operariado industrial emergente. Dois expedientes regulatórios foram usados com este último intuito: de um lado, aperfeiçoou-se progressivamente a legislação trabalhista por meio de atos "desde cima", baseados na legislação social e trabalhista dos países capitalistas ocidentais; de outro lado, regulou-se à minúcia o associacionismo operário, tornando-o fortemente dependente da burocracia estatal, ao mesmo tempo em que o livrava da necessidade de vínculos entre sindicatos e bases como condição para a sobrevivência da estrutura sindical. Tudo isto emoldurado pela ideologia da paz social, isto é, do imperativo da convivência pacífica entre capital e trabalho como base do desenvolvimento.

O corporativismo varguista, com base nestas premissas, transferiu o conflito originário entre capital e trabalho para o interior das estruturas estatais, o Estado mesmo erigindo-se no *tertius* capaz de assegurar a paz, estruturalmente inatingível<sup>6</sup>. Primeiro por meio da coerção e repressão aos movimentos trabalhistas, depois, por sua anulação pela incorporação do conflito ao aparelho de Estado.

Isto conferiu um caráter público aos conflitos localizados entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que se reafirmava uma autoridade pública capaz de incorporar, em sua matriz regulatória as mínimas manifestações autônomas de interesse. Na verdade, o termo "interesse" perdeu seu caráter privado. Todo interesse privado era passível de ser incorporado na equação trivariada em que o Estado comparecia como aquele capaz de conferir-lhe *status público*, chamando para si o direito de arbitrar as diferenças em nome de uma coletividade abstrata que ele corporificava.

(5) Martins Rodrigues (1974), Martins (1989), Rodrigues (1977), Gomes (1988), Simão 0961 e 1966), Moraes Filho (1979), Weffort (1969), Vianna (1976), dentre outros.

(6) Offe (1985) mostra como a relação de trabalho capitalista é estruturalmente conflitiva, na medida em que o capitalista submete não apenas a força de trabalho (o poder de executar uma tarefa), mas também a subjetividade do trabalhador, da qual a primeira é inseparável. Por outro lado, o capitalista procurava utilizar ao máximo a capacidade de trabalho pelo maior tempo possível, ao passo que o interesse do trabalhador é diminuir o ritmo e a extensão da jornada de trabalho.

Neste sentido, o operariado emergente teve que se haver com uma estrutura sindical que se consolidava enquanto parte do aparelho de Estado e, portanto, como uma das dimensões da esfera pública. Assim, se afirmasse sua autonomia, mostrar-se-ia potencialmente desagregador de uma ordem estatal montada para negá-la. Se, por outro lado, rompesse com o padrão de negociação salarial atrelado ao projeto desenvolvimentista e de "atração do capital", minaria este projeto em sua base<sup>7</sup>. Desse ponto de vista, o caráter político do sindicalismo varguista se revela pela condicional: se se desempenhasse como movimento *sindical*, isto é, que afirmasse interesses autônomos de classe, estaria na verdade pondo em alça de mira o poder regulador estatal, bem como sua capacidade de patrocinar a acumulação capitalista sob a égide da paz social.

O interregno democrático (1946-64) assistiu a algumas mudanças importantes neste padrão de intervenção estatal, mas observou também o paroxismo da atuação política dos trabalhadores, que, representados em sindicatos, se associaram num crescendo a partidos políticos em disputa pelo poder de Estado. De "apêndice institucional", ou parte do aparelho de Estado, o movimento sindical afirmaria sua autonomia em relação ao Estado ao apresentar-se como *alter*, capaz de aceder a estruturas estatais que lhe eram vedadas, pela participação em eleições democráticas. Mas, ao mesmo tempo, os sindicatos não só não negaram a dependência organizacional da legislação corporativa varguista, como ainda a utilizaram para ampliar seu raio de ação, para constituir uma burocracia sindical profissionalizada, e para instrumentar sua relação com os partidos políticos, principalmente o PTB, que o próprio Vargas criara no intuito (fracassado) de permanecer no poder a partir de 1946. A afirmação da autonomia no campo da participação política tinha como corolário, pois, a manutenção da dependência no campo organizacional e das lutas trabalhistas (dependência de resto bastante funcional do ponto de vista da burocracia sindical emergente).

Mas a referida autonomia no terreno da participação política seria a grande responsável por trazer Vargas de volta ao poder na eleição presidencial de 1950, montado no voto massivo dos trabalhadores urbanos. A manifestação de autonomia política revelou-se, na verdade, como a via de reafirmação da subordinação do movimento sindical, agora, porém, sob novas bases: o sindicalismo passaria a ter suas "funções políticas definidas pelos interesses do Estado" (Martins, 1989, p. 78). Esta foi a característica central do populismo no país, e perdurou até 1964. O "reconhecimento do poder político dos sindicatos, na verdade, consistia na sua integração ao sistema como um instrumento do desenvolvimento econômico do país" (*idem*, pp. 79-80), mas agora de um ponto de vista não repressivo.

O regime militar de 1964 cuidou, logo em seus primeiros atos "revolucionários", de expurgar as principais lideranças sindicais de seus cargos, e de reprimir violentamente o movimento sindical por todos os vinte anos de sua vigência, embora com intensidade decrescente a partir de 1982. O ideal desenvolvimentista com paz social coercitivamente assegurada voltou à cena com os militares. A ideologia do Estado forte, empreendedor e centralizador

(7) Mas o movimento sindical não fez nada disso, permanecendo "complacente" (complacência conseguida com as armas) com Vargas por todo o período de seu governo de exceção.

concretizou-se numa medida sem precedentes na história moderna brasileira, em especial nos governos Médici e Geisel (1969-79). É curioso que o regime autoritário não necessitou, de início, lançar mão de medidas extralegis para reprimir os sindicatos. A Consolidação das Leis do Trabalho foi simplesmente seguida à risca em seu enorme arcabouço coercitivo, que submetia inteiramente a ação sindical ao controle estatal, mas que estivera esquecida entre 1950 e 1964. Mais uma vez, sindicatos mudos eram o substrato necessário a políticas desenvolvimentistas baseadas na contenção salarial. Acontecimentos posteriores serviram para justificar uma exclusão *in limine* dos interesses dos trabalhadores.

Com as greves de Osasco, em 1968, o controle dos sindicatos por meio da CLT mostrou-se insuficiente, pois aqueles foram eleitos pela esquerda mais aguerrida como a trincheira de enfrentamento e de proposição de alternativas ao regime. O Ato Institucional nº 5, forneceu, então, os instrumentos extraordinários pelos quais o regime militar adentrou seu período mais negro, em que uma determinada direção ao desenvolvimento do país foi imposta ao preço da exclusão, não apenas dos trabalhadores, mas de quaisquer agentes externos à burocracia estatal<sup>8</sup>, da possibilidade de participar da formulação dos "planos nacionais de desenvolvimento", como foram chamados os planos globais de intervenção estatal na vida social brasileira, desde então até 1979.

Mais uma vez, porém, seria a irrupção do movimento grevista, em 1978, desde São Bernardo do Campo, município da Região Metropolitana de São Paulo, que revelaria o enorme potencial político do sindicalismo numa sociedade tornada altamente dependente da iniciativa estatal (e é disto que se trata aqui), tanto em termos da formulação como da implantação de projetos abrangentes de organização social. Dependente, ademais, de um Estado que sempre construiu estes projetos com base na exclusão dos interesses dos trabalhadores da matriz de referência de sua elaboração. Embora possam ser entendidas como uma culminação de processos subjacentes de resistência ao autoritarismo, o fato é que elas deram uma dimensão inteiramente nova a movimentos dispersos, ao sinalizarem para a possibilidade de sua aglutinação ou, melhor, ao oferecerem um ponto de referência a partir do qual se pudesse não apenas resistir ao regime, mas ainda respaldar projetos de transcendência da ordem autoritária (para muitos dos atores sociais envolvidos, transcendência rumo ao socialismo; para outros tantos, rumo a uma sociedade democrática)<sup>9</sup>.

O essencial aqui é o fato de que este significado altamente político das greves (a afirmação da autonomia do interesse dos trabalhadores em relação a projetos que o subordinavam ou excluam) pôde emergir, aparentemente, de simples demandas por reposição salarial. E chegamos, com isso, ao ponto essencial do argumento: o caráter político do movimento sindical, finalmente explicitado com as greves de 1978, não decorria simplesmente do fato de que as demandas salariais representavam ameaça aos projetos desenvolvimentistas baseados na depreciação coercitiva dos salários. O ponto principal é que o movimento sindical organizou aquelas demandas como elemento da constituição de um ator social autônomo que, por meio da retaliação no mercado

(8) Eli Diniz mostra que, se os empresários tinham (em graus variados) acesso clandestino ao aparelho de Estado, no sentido de conseguir favorecimentos tópicos, a eles não foi dado interferir na formulação da política abrangente do governo, em especial a partir de Médici. Com Geisel, foi vedado mesmo o acesso cartorial ao aparelho de Estado, uma forma até então eficaz de defesa de interesses setoriais em face de políticas adversas a determinados grupos de capitalistas (Diniz, 1988).

(9) Não por acaso o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido único de oposição ao regime, tentaria monopolizar o potencial político daquelas greves. As eleições de 1978, em São Paulo, foram marcadas pela presença dos principais líderes operários de São Bernardo nas campanhas de Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro, candidatos daquele partido ao Senado Federal. Pela primeira vez desde 1964, a votação no MDB, marcadamente de protesto até 1974 (Lamounier, 1990), deu mostras de expressar a assunção de um esboço de projeto "desde a sociedade civil", ou contra o Estado. Pela primeira vez na história do país, os trabalhadores organizados adentraram a campanha não como coadjuvantes ou subordinados, mas como atores sociais que lutavam pelo direito de ver reconhecidos seus interesses na arena política, isto é, de afirmar a autonomia de seus interesses em relação aos projetos desenvolvimentistas formulados à sua revelia.

de trabalho, passou a demandar, de modo cada vez mais claro, reconhecimento de sua existência pelos interlocutores de sua ação. Ora, o Estado brasileiro se estruturou na base da negação desta existência, reprimindo ou incorporando ao seu aparelho as manifestações daquele interesse, que apareceu, sempre, mediado pelo "interesse geral".

Deste ponto de vista, as greves de 1978 marcam a emergência dos trabalhadores como classe que demanda existência, isto é, *o direito de formular projetos de sociedade e de legitimamente competir por sua implantação*. O Estado brasileiro, em suas estruturas de dominação, não foi capaz de assimilar este direito, aspecto crucial de sua natureza oligárquica e excludente, levada ao paroxismo no autoritarismo militar.

A transição para o governo civil demonstrou a profunda crise desta forma de Estado que, "de um lado, tem demonstrado crescente incapacidade em absorver em suas estruturas os processos de agregação de interesses econômico-sociais emergentes. De outro, tem perdido progressivamente sua capacidade de nuclear o processo de desenvolvimento capitalista nacional" (Sallum Jr., 1988, p. 119). Mas estas já são as bases do argumento conjuntural, construído em dois momentos: de um lado, o Estado em crise necessitava de interlocutores no meio sindical, mas os queria ainda "subordinados", e elegeu Medeiros. De outro lado, o modo como o discurso pragmático incidiu na arena política nacional politizou-o no nascedouro.

## O argumento conjuntural

### *a. O Estado: de olho na sociedade?*

A resistência ao regime militar cresceu numa espiral a partir daquelas greves de 1978, e novos atores sociais entraram em cena. Como discuto num outro trabalho<sup>10</sup>, as greves sinalizaram para a possibilidade da ação coletiva, abrindo uma fissura no aparato autoritário que seria ocupada e alargada por outras manifestações desde a sociedade civil. Se estes movimentos apressaram a crise do regime, a contrapartida não foi o reconhecimento dos referidos direitos à existência dos trabalhadores como classe. A transição para a democracia, na verdade, potencializou o que o autoritarismo escamoteara, isto é, a impermeabilidade da estrutura estatal à manifestação autônoma de classe, aparentemente facilitada com as liberdades democráticas.

Tal impermeabilidade teve sua face mais crua no modo autoritário de regulação da economia, que perdurou na democracia que se queria instalar. José Sarney assumiu a Presidência da República sinalizando com um pacto social, dando continuidade ao projeto de Tancredo Neves (Tavares de Almeida, 1987). Pela primeira vez, reconhecia-se, aparentemente, que atores sociais, para além da tecnocracia estatal, eram peças necessárias na arquitetura das soluções para a grave crise econômica herdada do regime militar. O

(10) Cardoso (1991).

pacto social parecia a manifestação mais visível das novas diretrizes que o governo civil procuraria impor na gestão da economia, *incorporando* interesses, sem dúvida, mas desta vez, não para negá-los, e sim como reconhecimento de sua existência legítima.

De fato, a fórmula *pacto* é de molde a confrontar interesses divergentes ou mesmo opostos numa mesa de negociação, isto é, o confronto se orienta pela perspectiva de sua superação. O que o diferencia do modo autoritário de superação dos conflitos (que nega voz aos grupos de interesse e às classes sociais), e também do modo populista de fazê-lo (em que o líder populista se traveste em porta-voz das maiorias silenciosas ou desorganizadas, mas para dominá-las), é o fato de que a negociação se dá entre *representantes* de interesse que, necessariamente, devem ser reconhecidos como legítimos pelos interlocutores e por seus representados. O pacto pressupõe, pois, a existência de interesses autônomos<sup>11</sup>.

Por outras palavras, o Estado em crise pareceu reconhecer que a sociedade já o extravasava<sup>12</sup>, o que implicaria renovar as formas de relacionamento com ela. Mas em inícios de 1986 o governo editou o Plano Cruzado, um pacote econômico nos moldes históricos da regulação estatal brasileira. Numa penada, por meio de decreto-lei, outorgou-se um plano econômico que teria o poder de "estar acima dos interesses corporativos" e de regular "em nome da nação". À retórica desenvolvimentista, substituiu-se a retórica salvacionista<sup>13</sup>, com o que se justificava o emudecimento forçado dos atores do pacto<sup>14</sup>. O Estado-dono-da-iniciativa parecia ter dado uma cartada definitiva, afirmando seu poder de "ver por cima das classes".

O Cruzado já foi fartamente estudado<sup>15</sup> e não cabe entrar em detalhes aqui. Importa que seu fracasso demonstrou que a regulação autoritária da economia era altamente desastrosa numa sociedade de democracia emergente. Entre outras coisas, porque os trabalhadores já se haviam demonstrado capazes de minar, no mercado de trabalho, as sucessivas políticas salariais contencionistas tentadas desde o governo Figueiredo (Tavares de Almeida, 1985, 1988). Assim, se o Plano Cruzado reduziu o nível de confronto grevista, sua derrocada elevou este nível, em 1987, a patamares inteiramente novos desde a retomada das greves em 1978 (Noronha, 1990)<sup>16</sup>. Isto, de par com a capacidade dos empresários de assegurar suas posições, sugere que sistemas decisórios excludentes e fechados pressupõem ou interesses desorganizados ou interesses cuja manifestação é reprimida pela força. A democracia emergente deparou com um Executivo que definiu de modo autoritário suas políticas econômicas, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a organização dos interesses em moldes competitivos, isto é, baseados na liberdade de organização (variável para capital e trabalho, é certo) dos referidos interesses para a luta pela definição das políticas estatais. Tal desenho era de molde a tornar o Estado refém dos interesses mais fortes, no ponto em que estes fossem capazes de obstar políticas que os afetavam diretamente e que se haviam decidido à sua revelia.

Foi no crescer da mobilização grevista que o governo Sarney voltou a acenar com um pacto social em meados de 1987. Este aceno esbarrou na

(11) Se os representantes não "representam", isto é, falam em nome de outros que não os reconhecem como representantes, ainda que entre si se atribuam legitimidade, o pacto não é possível, pois se trata de acordos que vinculam os supostos representados a determinadas decisões de cúpula. Os pactos sociais no Brasil não funcionaram, em grande medida, por falta de legitimidade vertical, isto é, de reconhecimento dos pactantes por seus representados.

(12) Schwartzman (1982) fala em "transbordamento" das estruturas estatais, pelas novas formas de organização de interesses emergidas entre 1960 e 1980, fruto do intenso desenvolvimento capitalista nacional.

(13) "E preciso evitar o caos hiperinflacionário, a barbárie sem freios", dizia o presidente Sarney, em seguida à edição do plano.

(14) Tavares de Almeida (1987).

(15) Singer, 1988a, 1988b; Sola, 1988.

(16) Em função da mobilização trabalhista crescente, imprensa, parlamentares e ministros de Estado passaram a exigir uma legislação antigreves mais dura, por todo o primeiro semestre de 1987. O *JB* e o *JT* publicaram, quase que simultaneamente, cadernos especiais sobre o referido "grevismo", chamando a atenção para a intenção desestabilizadora dos movimentos, que estariam levando o país ao caos. A legislação veio em seguida, na forma de decreto-lei do Executivo, reduzindo o ímpeto grevista no segundo semestre daquele ano, em especial nos setores que foram declarados essenciais, tornando as greves ilegais; compensação bancária; serviços públicos como energia, coleta de lixo, saneamento básico, hospitais; refino de petróleo, dentre outros.

intransigência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que manifestou seu repúdio ao governo, negando-lhe legitimidade para negociar com os trabalhadores. Este problema é essencial ao argumento desenvolvido aqui: se a CUT, por um lado, imprimiu uma marca de ação sindical que se tornou dominante entre os trabalhadores organizados, vertendo-os em ator relevante na construção em curso da democracia no Brasil, ela o fez, por outro lado, orientada por uma estratégia fundada na negação da possibilidade de negociação de alternativas reais a impasses e vicissitudes enfrentados pelo governo federal, em sua tentativa de contornar a crise econômica.

Do ponto de vista daquela central, o receituário disponível para contornar a crise econômica, fracassada a alternativa heterodoxa de fazê-lo com crescimento (como o foi o Plano Cruzado), inclui a recessão e a contenção salarial como ingredientes fundamentais. A CUT sabia que pactuar significava entrar em posição subordinada numa negociação cujo final previsível seria a "trégua" nas conquistas salariais de curto prazo, em nome de uma estabilidade futura, estabilidade altamente incerta, em face do enorme poder de veto tanto de governo quanto de empresários, expresso na sua capacidade de burlar unilateralmente os acordos sem sofrer retaliação relevante.

Isto levanta algumas questões importantes em relação à ação sindical "possível" no país, dada sua estrutura social e, principalmente, seu padrão de representação política. Com a discussão — embora extensa — que se segue, pretendo fundar o argumento conjuntural que, em conexão com as condições estruturais já discutidas, de meu ponto de vista: explica o perfil cada vez mais político assumido por Medeiros; estabelece o caráter de sua emergência no cenário político-sindical nacional; e lança as bases da opção por uma central sindical com perfil intervencionista no cenário político nacional (a Força Sindical).

Embora se diga que os sindicatos representam os trabalhadores brasileiros, na verdade representam uma parcela dos trabalhadores inseridos no setor formal da economia, que por sua vez ocupa perto de 50% da força de trabalho. E as centrais sindicais agrupam sindicatos *destes setores*. Este argumento é recorrentemente utilizado pelos interlocutores da ação sindical centralizada para questionar sua representatividade e, mesmo, para desqualificar suas demandas de caráter geral. Mas trata-se, na verdade, do limite estrutural de ampliação do poder sindical no país e, creio, delimita o sentido da crescente politização do discurso das lideranças das centrais sindicais. Ora, em que condições o sistema político como um todo, e os interlocutores da ação sindical em particular, estariam dispostos a reconhecer a legitimidade das demandas do movimento sindical, isto é, a reconhecê-las como expressão de interesses reais não apenas de uma parcela importante dos trabalhadores (aqueles lotados no setor formal da economia), mas como interesses gerais da população assalariada?

Penso que isto só é possível com a politização (em sentido forte) do discurso sindical: na impossibilidade de falar organicamente em nome de todos os trabalhadores, as centrais sindicais têm que erigir-se em centros de identificação política, isto é, construir-se como articuladoras de um discurso



e de uma prática que sirvam de orientação normativa para outros atores sociais, e é desta condição que podem retirar sua força. Numa palavra, devem relacionar-se com os trabalhadores como o fazem os partidos políticos.

Se isto é correto, o discurso eminentemente político da CUT — e sua recusa em pactuar, recorrente no governo Sarney — não derivava de uma visão estreita ou delirante do movimento sindical, mas sim do reconhecimento, por parte dos seus autores, de que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores passa não só por uma redefinição da estrutura decisória excludente então em operação no Executivo e no Legislativo, mas, principalmente, pela eliminação dos bolsões de informalidade incrustados na estrutura do mercado de trabalho, um limite claro à organização *sindical*, ao mesmo tempo em que contribuía (e ainda contribui) para a reprodução do padrão autoritário de representação política prevalecente<sup>17</sup>. Parece evidente que este tipo de transformação estrutural transcende em muito a ação restrita a confrontos no mercado de trabalho. Se entretanto a CUT, como central sindical mais importante, seguia recusando-se a participar do processo político na qualidade de interlocutor em pactos sociais, isto se deveu, primeiro, à constatação de sua relativa debilidade em termos de representação orgânica dos trabalhadores; segundo, ao reconhecimento de que o movimento sindical tem sido incapaz de atuar politicamente no sentido definido acima; e terceiro, à percepção nada irreal de que, sem força para negociar, ou com uma força fortemente retórica, o mais provável seria a reprodução do diferencial de poder presente, com os sindicatos entrando como avalistas de decisões para as quais teriam contribuído pouco e que seriam, previsivelmente, adversas para os trabalhadores.

Isto significa que o caráter reiteradamente oligárquico, excludente e conservador da política brasileira, reproduzido nestes primeiros anos de convivência democrática, associado a uma extrema disparidade intraclasse decorrente da estrutura do mercado de trabalho, tem legado ao movimento sindical duas alternativas de ação, ambas deletérias do ponto de vista de seus interesses (e aqui sou pessimista), mesmo se se aceitam os preceitos da ordem capitalista, como é o caso de Medeiros. Ou, de um lado, recusa-se a participação (ou o compromisso de classe) como saída para os graves problemas sociais, seja do ponto de vista da população, seja de um ponto de vista corporativo, na esperança de que a negação reiterada da legitimidade dos sistemas decisórios excludentes atraia "partidários" externos à luta sindical propriamente dita<sup>18</sup> e, assim, se consiga "tomar o poder de assalto". Ou, de outro lado, aceita-se a participação em condições de barganha extremamente desfavoráveis, em face do imenso diferencial de poder entre o movimento sindical e seus interlocutores (empresários e governo), que conspira em favor destes últimos.

No primeiro caso, o movimento sindical não conta exclusivamente consigo mesmo, mas com a possível emergência de conjunturas favoráveis à assunção, por atores variados, das premissas que veicula enquanto centro promotor de identidade política. No segundo caso, pode contribuir para a construção institucional necessária ao referido "compromisso de classe" que

(17) Em Cardoso (1991b), discuto longamente os limites da ação sindical numa realidade política e socialmente adversa aos trabalhadores, que estaria contribuindo para a reprodução do referido padrão excludente da organização estatal brasileira.

(18) Este tem sido o caminho trilhado pela CUT. O Cebrap desenvolve atualmente um projeto de pesquisa para avaliar os limites desta opção, digamos, *outsider*. Fica claro que esta central vive, hoje, um intenso processo de redefinição interna de sua identidade e de reavaliação desta opção. O IV Congresso da CUT, realizado em agosto último, tornou patente a divisão interna com respeito a vários princípios históricos que nortearam sua atuação até aqui, principalmente: (1) recusa à participação; (2) a central como movimento social e não como instituição.

permite a convivência entre capitalismo e democracia<sup>19</sup>. Mas a experiência recente de pactos sociais no Brasil revela que a extrema fragilidade da posição dos trabalhadores em negociações tripartites, dadas as condições sociais brasileiras, torna mais provável seu *referendum* a decisões adversas, isto é, o aval a um pacto entre elites, do que conquistas reais<sup>20</sup>.

Assim, os trabalhadores mais solidamente organizados decidiram excluir-se das negociações de cúpula, montadas, aparentemente, com o intuito de contornar a crise econômica. Isto significa que, fossem ou não reais as intenções federais de negociar um pacto social, ele só seria possível com os trabalhadores, de modo que tanto empresários como governo Sarney careciam de interlocutores no meio sindical. E chegamos ao centro do argumento conjuntural: a enorme e rápida projeção de Medeiros, a partir de sua eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), se deveu àquela carência, que encontrou nele seu objeto de consumo.

Em suma, é no bojo da necessidade de respaldo social a políticas econômicas adversas aos trabalhadores que se deve entender a busca de interlocutores no meio sindical, especialmente após o fracasso do plano cruzado, tanto por parte de governo quanto de empresários. Ou seja, aquela busca não se deu com base no reconhecimento da legitimidade dos interesses dos trabalhadores, isto é, no reconhecimento de sua existência social, mas sim com base na expectativa de que, mais uma vez, os trabalhadores consentiriam em submeter suas demandas ao "interesse geral".

Quanto mais a regulação autoritária da economia demonstrava sua ineficácia, devido em parte à resistência tanto de empresários quanto de trabalhadores, os primeiros rompendo com os sucessivos congelamentos, os segundos conseguindo aumentos salariais por fora da legislação contencionista, tanto mais o governo insistia na alternativa pactada para a solução da crise. E quanto mais esta se aprofundava, mais a CUT se recusava ao pacto, e mais Medeiros assumia o papel de interlocutor único dos trabalhadores junto ao governo e aos empresários, nas tentativas sempre frustradas de pacto.

Esta condição conjuntural acabaria por apressar a politização da *ação* sindical de Medeiros, que ocorreria de todo modo, conforme tento argumentar aqui, em função das razões estruturais devidas ao modo de incorporação dos trabalhadores na sociedade brasileira. Aquela condição foi também responsável pelo rápido crescimento de sua liderança. Ao emergir com estardalhaço, com discurso pró-capitalista e valorizando a negociação, foi identificado como o interlocutor de que se carecia, e em quem se podia confiar. O investimento das elites empresariais e governamentais na promoção da liderança de Medeiros foi enorme desde então, e continua a crescer.

#### *b. O discurso prescritivo*

O segundo momento do argumento conjuntural é essencialmente político. Com base no que se disse acima, sustento que a forma como o

(19) Sobre isso, ver Przeworski (1986).

(20) Esta, aliás, é uma das razões principais do fracasso destas tentativas, como nos mostra Tavares de Almeida (1985 e 1987).

discurso de Medeiros incidiu no cenário das lutas sindicais no país em democratização foi responsável por sua imediata politização, o que, em conexão com o já exposto, terminaria por dar as feições mais ou menos claras do *ator político* Força Sindical, três anos antes de sua fundação.

Nas primeiras manifestações de Medeiros, ocorridas logo após sua eleição para a presidência do SMSP, seu discurso se organiza em torno de dois eixos principais. Primeiro, a concepção do sindicato como um fator de mercado, que se deveria orientar exclusivamente na direção da obtenção de melhores salários e condições de trabalho para seus associados. Em segundo lugar, a necessidade da apartidarização do aparelho sindical, ou seja, os sindicatos não deveriam vincular-se a partidos políticos de qualquer natureza, tivessem eles corte de esquerda ou não. Estas duas concepções se apresentaram como uma reviravolta no modo de organização da ação sindical no país, principalmente porque se apresentavam como alternativa a um modelo marcado justamente pelo solidarismo transformador e partidarizado da CUT, a grande força sindical no país, então e agora.

### *b.1. Sindicatos e mercado*

Para Medeiros, o "sindicato é um fator de mercado" (*FSP*, 20/8/87), e "tem que ser a alavanca da distribuição de renda" (*Senhor*, 30/6/87). Estas duas afirmações seminais implicam, por si mesmas, consequências importantes para a ação sindical no país. Em primeiro lugar, por ser um fator de mercado, "eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Porque qual é o objetivo do sindicato? É lutar pela venda da mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Mas à medida que ganho mais, compro mais, e assim o comércio vende mais, a indústria vende mais, e eu crio mercado interno. Se eu crio mercado interno, estou fortalecendo o capitalismo" (*OESP*, 21/8/87).

Segundo esta concepção, aos sindicatos não é dado optar entre ser ou não capitalista. É da natureza da ação sindical fortalecer o capitalismo, pois ela cria mercado interno. Ao mesmo tempo, só é possível haver sindicatos em economias de mercado<sup>21</sup>. Desde o início definindo-se a si mesmo como "sindicalista pragmático", Medeiros afirma que "o capitalismo venceu no Brasil" (*FSP*, 20/8/87), e caberia aos sindicatos curvar-se diante desta realidade incontestável. Ademais, esta seria uma tendência que pode ser lida na própria massa de trabalhadores. Assim, respondendo a uma pergunta sobre ter ele escolhido o modelo norte-americano de "sindicalismo de negócios" como paradigma, em contraposição ao sindicalismo "contestatário e político" da CUT<sup>22</sup>, ele afirma: "Não escolhi o modelo americano de sindicalismo, e sim a vida real [...] De fato, o trabalhador anseia por melhores condições de trabalho e melhores salários, e não pela derrubada do capitalismo" (*JB*, 23/8/87). Poucos dias antes ele havia dito que "o trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência das empresas [...] Alguns trabalhadores gostariam de

(21) Esta opinião é compartilhada por analistas de relações de trabalho e ação sindical no Brasil. Ver, por exemplo, Martins Rodrigues (1989 e 1990). Esta é também uma questão teoricamente controversa no pensamento socialista ocidental. Ver Pizzorno (1979) para as ambiguidades do sindicalismo contestatário e transformador do início do século, e Schmitter, para o papel dos sindicatos na construção do Welfare State no pós-guerra, em que o capitalismo não estava na alça de mira dos sindicatos. Entretanto, esta concepção dos sindicatos como instituição capitalista é fortemente polêmica no cenário sindical brasileiro.

(22) Para o conceito de sindicalismo contestatário, ver Pizzorno (1979).

ser pequenos empresários. O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas, não é tomar as empresas. Não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros" (*FSP*, 20/8/87).

Este discurso representa também a tentativa mais consistente de dar substância à sua opção pelo capitalismo, opção esta que estaria embasada numa suposta convergência de interesses entre capital e trabalho. Esta convergência estaria construída no terreno das aspirações dos trabalhadores, que não apenas não seriam contra o lucro, como ainda o desejariam para si<sup>23</sup>. Se Medeiros não chega a identificar capital e trabalho, reconhece, porém, que é do interesse do trabalhador que a empresa prospere como condição de garantia de salário e emprego, e, como projeto, quem sabe essa será a garantia de participação nos lucros. Estes os interesses convergentes: os trabalhadores estão melhores se as empresas vão bem.

A primeira observação importante a se reter de tudo isso é a de que, para ele, "o capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem o capitalismo". Logo, não cabe ao sindicalista pragmático "optar" ou não pelo capitalismo, senão cumprir seu papel de representante dos "interesses reais" dos trabalhadores, espelhando, assim, a "vida real", que estaria orientando a ação cotidiana destes últimos. A opção pragmática institui uma certa leitura do real que desqualifica projetos de sua transcendência no âmbito da ação sindical.

Esta última frase remete à segunda consequência importante da primeira assertiva (o sindicato como fator de mercado), isto é, a ação sindical deve "desideologizar-se", no sentido de que não se deve orientar pela perspectiva da transcendência da ordem capitalista: "O movimento sindical está ousando, inovando, rasgando as ideologias, porque ideologia não enche barriga de ninguém"<sup>24</sup>. Nosso negócio é com a maquininha de somar no fim do mês" (*O Globo*, 11/11/87). Mais uma vez, o interlocutor ausente é a CUT, que seria ideologicamente orientada, porque socialista. Desideologizar as relações de trabalho significa que patrões e empregados não se defrontarão mais como "inimigos" e sim como parceiros. Medeiros proferiu estas palavras num congresso de empresários, organizado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), organização que tem crescido enormemente nos últimos anos no Brasil, e tinha o objetivo de conclamá-los para que modernizassem as relações de trabalho diante da "nova realidade do movimento sindical". Os empresários deveriam, então, reconhecer a necessidade da parceria proposta, reconhecimento agora favorecido pela orientação pró-capitalista do sindicalismo moderno representado por Medeiros.

Ao mesmo tempo, a preocupação com a "maquininha de somar" no fim do mês é uma referência ao escopo da ação sindical. É como se ele dissesse que lutará num campo em que empresários e trabalhadores se entendem, ou seja, o campo da distribuição justa do valor produzido pelo trabalho, justiça que busca seus parâmetros no livre mercado. O discurso se apresentou, pois, como a proposição de "um novo padrão de ação sindical, ao qual se espera que os empresários se adaptem, por oposição à CUT.

A terceira decorrência importante da concepção do sindicato como fator de mercado é a crítica feroz à intervenção estatal nas relações entre capital

(23) Para uma análise de uma certa ideologia que encara o interesse do trabalhador brasileiro como identificado com os interesses do capital, ver Sader (1988). Payne (1990) mostra que, entre os empresários, a crença nesta identificação é largamente difundida, o que dificultaria o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores como interesses autônomos.

(24) Meses antes, Magri dissera: "Só nos interessa o que traz riqueza e prosperidade para o trabalhador. Ideologia não enche barriga de ninguém" (*OESP*, 26/7/87). Esta declaração veio a propósito do projeto de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, em tramitação no Congresso Nacional por este período, e que era apoiado pelo empresariado e rejeitado pela esquerda. Isto traria "prosperidade e riqueza", de modo que a esquerda (a ideologia) devia se calar diante de um futuro melhor.

e trabalho, o que já se vincula com a concepção do sindicato como a "alavanca da distribuição de renda": "O governo é o pior inimigo dos trabalhadores", diz Medeiros. "Primeiro, em função dos pacotes econômicos, que modificam as regras do jogo e transformam os acordos coletivos numa grande bobagem. Além disso, ele atrapalha nosso relacionamento com os patrões." (*O Globo*, 12/7/87) "Quero o governo fora [da relação entre capital e trabalho] para que o trabalhador possa ter a possibilidade de brigar melhor com os empresários, para podermos tirar mais dos patrões, fazer um acordo onde nós ganhemos." (*JB*, 23/08/87) Noutro momento, ele afirmara: "onde o Estado põe a mão, ele complica esta relação entre capital e trabalho [...] O que os trabalhadores e empresários estão sentindo é que, quanto mais distância houver do governo, melhor para se chegar a uma boa negociação." (*Veja*, 5/7/87)

Estas afirmações vêm em reforço do mercado como mecanismo distributivo privilegiado, em detrimento do Estado. Aproximando-se da concepção liberal clássica, Medeiros parece acreditar, neste momento, que capital e trabalho se devem defrontar como agentes privados, alocando e mobilizando recursos segundo suas possibilidades atuais, daí serem os sindicatos a "alavanca da distribuição de renda".

Mas sob a aparência da condenação geral da intervenção estatal na economia o que ele condenava, na verdade, era a regulação salarial por parte do Executivo, responsável por recorrentes perdas do poder de compra dos salários na década de 1980<sup>25</sup>. Como ficaria claro mais tarde, a intervenção estatal seria encarada como justa, e mesmo necessária, naqueles mecanismos destinados à redução da disparidade de poder entre capital e trabalho<sup>26</sup>. É nesse sentido que seu discurso apenas aparentemente jogou água no moinho neoliberal: ele dizia querer economia de mercado, a venda das empresas estatais ineficientes ou deficitárias, o enxugamento da máquina estatal e a redução do déficit público, mas dizia também querer que a força de trabalho se desmercantilizasse, por meio da assunção, pelo Estado, dos serviços sociais característicos do *welfare state*, essenciais à eliminação do mercado, ao menos para a "mercadoria" força de trabalho.

Assim, um mecanismo essencial da desmercantilização da força de trabalho (Offe, 1985; Oliveira, 1989) no capitalismo ocidental é apresentado por Medeiros como tarefa de Estado: "O Brasil precisa de um seguro desemprego decente [...] e uma garantia no emprego flexível [...] Seguro no emprego e no desemprego, aí sim o trabalhador vai ser tratado como cidadão. Dentro dos critérios do Estado de direito". (*OESP*, 26/7/87) Não se trata de neoliberalismo ortodoxo, pois.

## b.2. Sindicatos apartidarizados

O segundo eixo organizador do discurso inicial de Medeiros foi a apartidarização da ação sindical, aspecto assumidamente relacionado com seu pragmatismo manifesto. "O objetivo do partido político é o poder político,

(25) Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), os salários na indústria paulista valiam, em janeiro de 1991, na média, 38% do que valiam em 1985. Ver *OESP*, 25/2/91.

(26) Sobre isso, ver Offe (1985). Ele arrola principalmente dois mecanismos de intervenção estatal destinados à redução da referida disparidade de poder: a regulação do mercado de trabalho (idades de entrada e saída, regulação do trabalho feminino, seguro desemprego, dentre outros); e, em segundo lugar, o sistema previdenciário ou os serviços sociais do Estado, que transferem parte relevante dos custos de reprodução da força de trabalho para o poder público. Isso implica a "desmercantilização" da força de trabalho, isto é, ela não é uma mercadoria como outra qualquer, pois não tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho necessário à sua reprodução, nem seu preço é determinado por mecanismos concorrenciais num mercado livre.

(27) Offe e Wiesenthal mostraram que os interesses dos trabalhadores não

e o do sindicato é a redivisão de renda, melhores condições de trabalho, garantia no emprego, redução da jornada de trabalho, e vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. O sindicato deve trabalhar com todos os partidos políticos [...] Eu tenho que ser pragmático, ter autonomia em relação à igreja, ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos [...] As pessoas podem ser socialistas, vender um projeto socialista, mas não como sindicato." (JT, 27/4/88)

Trata-se de declaração de caráter estritamente polêmico. Sua força proveio da imensa vaga contra a qual investia: a CUT. Por temerário que seja tecer cenários alternativos a fatos históricos que já se impuseram, cumpre reconhecer que sem a CUT aquelas assertivas teriam certamente menor repercussão, e talvez sequer necessitassem ser proferidas. É porque o movimento sindical nacional construiu suas bases e sua estrutura desde os andaimos da luta política pela transformação social rumo ao socialismo, com estreita vinculação entre a CUT e o PT, que o discurso da apartidarização dos sindicatos soou tão sedutor aos ouvidos de um empresariado sequioso por interlocutores (como eles diziam) "confiáveis" no meio sindical, e de uma imprensa que jamais poupou àquela central os rótulos de "arrivista", "radical", "delirante", "expressão do atavismo terceiro-mundista, retrógrado em suas consequências" (OESP, 11/8/87, editorial). Nesse sentido, o discurso da apartidarização dos sindicatos se ligava estreitamente com o da "desideologização" da ação sindical, e se ambos serviram para delimitar a identidade desta força emergente, o fizeram na exata medida em que *a opuseram* ao padrão mais importante de ação sindical no Brasil, mais que *por afinidade* ao ideário a que o discurso parecia remeter.

Apartidarizar a ação sindical parece significar que seus objetivos devem ser definidos nos limites estritos da relação entre capital e trabalho, não apenas reconhecendo-a *como relação legítima, mas também como relação imune à instrumentalização por parte de projetos de organização social*, projetos que são construções características dos partidos políticos. É como se Medeiros dissesse que os trabalhadores têm interesses pressupostos, independentes de sua articulação por grupos de interesse<sup>27</sup>. Dessa forma, não haveria por que partidizar suas demandas, pois elas não poderiam ser vistas segundo ângulos diversos, dada sua "objetividade". De seu ponto de vista, uma prática partidizada só contribuiria para dividir os trabalhadores: "O sindicato tem que unir todos os trabalhadores, tem que deixar de ser porta-voz de um grupo." (Senhor, 30/6/87) Daí a necessidade de "trabalhar com todos os partidos", de maneira pragmática.

Há um pressuposto não explicitado nestas concepções de Medeiros, que remete ao problema da racionalidade pragmática como constitutiva das sociedades capitalistas. As relações sociais se teriam despojado de outros mecanismos de orientação que não os fins postos em cada situação específica. A religião, as identidades sociais e, principalmente, as utopias socialistas teriam perdido muito de sua força como fontes geradoras de significado, como matrizes onde as ações ganhavam significado transcendente ao seu resultado imediato. Isto seria tanto mais válido quanto mais as sociedades se

podem ser definidos empiricamente, mas apenas se são parcialmente redefinidos num discurso político, como resultado de uma relação dialógica em que os trabalhadores têm que chegar a termos entre si, sobre os interesses que sua organização deverá buscar. Offe e Wiesenhal, "Two Logics of Collective Action", in Offe (1985). No mesmo sentido se encaminha Hobsbawm (1987).

(28) Uma aproximação crítica a esta problemática pode ser encontrada em Horkheimer (1986), por exemplo, e é possível afirmar que estes pressupostos orientam toda a teoria da escolha racional.

(29) Magri, aliás, seria bastante explícito em relação a este ponto. Na época diretor de relações internacionais da CGT, falava recorrentemente em nome desta central: "Por ela ser democrática e pluralista, não se pode pedir atestado ideológico para a pessoa entrar. Obviamente, dentro dela vão estar representantes do MR-8, do PC do B. E estes companheiros, como sindicalistas, têm dado uma demonstração muito menos radical que a própria CUT [...] Se tem pessoas ligadas a partidos, não estão ligadas a partido considerado radical. Então, são pessoas como eu, absolutamente independentes" (JT, 21/3/86). Pessoas não ligadas a partido considerado radical são pessoas "absolutamente independentes", como ele. É curioso como ambos se acreditam identificados com a "natureza das coisas", ainda na linha da objetividade do interesse dos trabalhadores. Tudo o mais é partido, que "divide, enquanto o sindicato une" (Magri, OESP, 26/7/87).

(30) Aspecto essencial da operacionalização pragmática do real, como nos mostra Horkheimer (1986).

(31) Para a definição da reflexividade do discurso político, que busca seu sentido no posicionamento que os interlocutores têm frente a ele, ver Landi (1985).

massificam e se racionalizam (no sentido da eficiência de seu modo de operação)<sup>28</sup>. Isso traria como consequência uma massa de trabalhadores que teria "desenvolvido um sentimento de autonomia moral e uma atitude 'racional' (ou de racionalidade social) instrumental e em certo sentido experimental em relação aos sindicatos" (Pérez Días, 1987). Para Medeiros, uma tal concepção não seria ideológica, porque não utópica, ou porque não visa à superação do capitalismo. Ela é pragmática. Ela lê no real tendências de comportamento e as processa, as operacionaliza em proveito dos trabalhadores.

O *enjeu* em que incidiram deu uma dimensão amplificada às declarações em favor da apartidarização dos sindicatos. Quando proferidas, porém, elas tinham em mira um alvo bem mais modesto: o próprio SMSP, que Medeiros então presidia. Fica claro, por várias entrevistas concedidas por ele no período, que seu manifesto apartidarismo como orientador da ação sindical não tinha na CUT seu alvo direto, tendo, na verdade, a ver com: (1) o expurgo, por ele, das tendências de esquerda no interior de seu próprio sindicato; (2) a redução dos custos de decisão; e (3) a consequente maior autonomia decisória concentrada nas mãos de Medeiros.

Assim, ele afirmou: "chegou um momento em que a partidarização impediu o trabalho sindical: uma reunião, em vez de durar quarenta minutos, durava quatro horas, porque os grupos achavam sempre um jeito de brigar entre si [...] Quero liberdade de pensamento, para decidir como achar melhor, sem ficar olhando para fulano de tal, ver pelo olhar dele se ele concorda comigo. Não suporto esse negócio de, antes de uma reunião de diretoria, você ter que fazer uma reunião prévia com seu grupo, sua facção, para decidir o que fazer [...] Acho que o sindicato é uma cabeça compacta, ágil e competente, e não uma tropa de choque de partidos ou grupos" (*Senhor*, 30/6/87).

Seu sindicato sempre foi, historicamente, "loteado" entre grupos de esquerda, principalmente a esquerda comunista. Não é o caso de contar, aqui, esta história. Por ora, é suficiente marcar que, nas eleições de 1987, que Medeiros venceria, os grupos políticos representados na diretoria anterior (PCB, PC do B, PDT e uma ala do PT, segundo o próprio Medeiros) tentaram uma manobra que significava aumentar de 26 para 105 o número de membros da diretoria, de forma a excluir a CUT da disputa. Ocorre que esta não teria tempo hábil para compor uma chapa tão grande, já que esta decisão seria tomada duas semanas antes das eleições. Medeiros disse, então, que foi para as bases "e disse a eles estas verdades". Pelos estatutos do sindicato, cada diretor pode contratar até cinco auxiliares, o que comporia uma direção com mais de quinhentas pessoas, "um completo absurdo" (*OESP*, 5/7/87). Esta ida às bases teria, segundo ele, garantido sua eleição.

Medeiros comporia uma chapa em que manteria apenas alguns partidários do PCB, expurgando o PT, o PDT e parte do PC do B. Uma "cabeça compacta". Vencidas as eleições contra duas chapas da CUT (uma delas composta por parte dos expurgados daquela composição original), Medeiros despontou com uma força que nenhum diretor do SMSP jamais teve. Agora, ele não teria que "ficar olhando para fulano de tal", para ver se este concordava consigo. Os outros é que teriam que fazê-lo em relação a Medeiros.

## REFERÊNCIAS

Antunes, R. (s.d.). *Um Balanço do Novo (e do velho) Sindicalismo Brasileiro: algumas idéias (e algumas teses) sobre as transformações ocorridas nos anos 80*, Campinas, Unicamp.

Cardoso, A.M., 1991. "Petroleiros de Paulínia: participação, consciência e identidade", dissertação de mestrado em sociologia, USP, mimeo.

\_\_\_\_\_, 1991b. *A Transição para a Democracia no Brasil: uma resenha crítica*, São Paulo, Cebrap, mimeo.

Connelly, W., 1983. *The Terms of Political Discourse*, Princeton, Princeton University Press.

Dinis, Eli, 1988. *Empresariado, Sindicatos e Política Econômica no Brasil da Nova República, 1985-1987*, Brasília, projeto OIT/PREALC.

Douglas, M., 1979. *How Institutions Think*, Syracuse, Syracuse University Press.

Fishlow, Albert, 1988. "Uma História de Dois Presidentes: a economia política da gestão da crise", in Stepan, Alfred (org.), 1988, *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gomes, Ângela de C., 1988. *A Invenção do Trabalhismo*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ.

Hobsbawn, E., 1988. *Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Horkheimer, Max, 1986. *Eclipse da Razão*, Rio de Janeiro, Editorial Labor.

Humphrey, John, 1982. *Fazendo o Milagre*, Petrópolis, Vozes/Cebrap.

Lamounier, Bolívar, 1989. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo, Loyola.

Landi, O., 1985. 'Crisis y lenguajes políticos', *Estudios CEDES* 4(4).

Maroni, Amneris, 1982. *A Estratégia da Recusa*, São Paulo, Brasiliense.

Numa entrevista posterior, Medeiros diria que "acho que cada trabalhador deve ter um partido político, mas seu sindicato não [...] Só existe sindicalismo forte sob duas condições: unidade e autonomia [em relação ao Estado, aos partidos, à Igreja etc.]. A unidade não exclui o pluralismo. Só que, no caso, o conflito se resolve dentro do sindicato [...] É esta a experiência histórica dos trabalhadores nos países desenvolvidos [...] Se o empresário só cresce na concorrência, o trabalhador só cresce na unidade" (OESP, 5/7/87).

O conflito, no caso da eleição que o alçou à presidência do SMS, foi de fato resolvido no interior do sindicato, mas por meio da *exclusão* de grupos divergentes, e não por meio de sua inclusão em soluções "pluralistas". Reforça-se, assim, a impressão de que o que não cabe em seu sindicato são os "grupos de esquerda", e não *qualquer* grupo político. A exclusão daqueles seria, então, a garantia do pluralismo<sup>29</sup>. Por outros termos, ele não se pensa como *partidário* de uma determinada concepção política, sujeita a divergências e à negociação com grupos representados em seu desejado "pluralismo sindical". Apresenta-se como portador da verdade, porque espelhada na natureza das coisas. A divergência de esquerda não apenas é expurgada: ela é desqualificada como leitura plausível do real e, assim, inimaginável como possível interlocutor.

A *media*, em razão destas concepções, o considerou "apolítico", ou como arauto de uma ação sindical despolitizada. Na mesma direção das declarações de Magri, citadas em nota, o fato de essa corrente recusar a interlocução com grupos de esquerda a retirava do universo da política. A ação de Medeiros em seu sindicato foi tomada como modelo de ação sindical para o país. O pró-capitalismo, as ideologias "rasgadas", o suposto neoliberalismo e a apartidarização o estariam colocando nas vagas da modernidade, em acordo com as tendências internacionais, fazendo-o interlocutor privilegiado, porque afinado com o pensamento dominante entre as elites nacionais.

### b.3. Um discurso político

A alegada despolitização tem como seu correlato a pretensão "desideologização" da ação sindical: trabalhadores e empresários não são inimigos no mercado de trabalho; não se pretende transcender a ordem vigente; não se quer instrumentar partidos políticos com o apoio de sindicatos; não se visa o poder, e sim a distribuição de renda. Ora, fica claro que o sindicalismo pragmático se definiu na negativa: *ele não era a CUT*. Nesse sentido, ele já nasceu político, porque se apresentou como alternativa a uma forma de representação de interesses presente e dominante do cenário sindical nacional, contra a qual se deveria defrontar *enquanto um projeto*. Portanto, enquanto possibilidade que se desdobra no futuro, e que deriva a probabilidade de sua sobrevivência de confrontos contra o interlocutor que o sindicalismo pragmático desqualificou de saída, ou seja, a própria CUT. É em nome da

Martins Rodrigues, L., 1974. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*, São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_, 1989. *Partidos e Sindicatos: estudos de sociologia política*, São Paulo, Ática.

\_\_\_\_\_, 1990. *CUT: os militantes e a ideologia*, São Paulo, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_, 1991. *A Crise do Sindicalismo Corporativo*, São Paulo, mimeo.

Martins, Heloísa H.S., 1989. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 2a. ed.

Marx, Karl, s.d. Carta de Marx a Bolívia, 28/11/1871, in *Marx-Engels: correspondência*, México, Ed. de Cultura Popular.

Moraes Filho, E., 1979. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega.

Noronha, Eduardo, 1988. "Relações Trabalhistas: greves e conjunturas — 1978-86", in *Brasil 1986: relatório sobre a situação social do país*, São Paulo/Campinas, NEPP/Unicamp, ed. SEADE.

Offe, Claus, 1985. *Disorganized Capitalism*, Cambridge, MIT Press.

Oliveira, Francisco, 1988. "O Surgimento do Antivalor", *Novos Estudos*, 22, São Paulo, Cebrap, outubro.

Payne, Leigh Ann, 1990. "The Political Attitudes and Behavior of Brazilian Industrial Elites", Ph.D. dissertation, Yale University.

Pizzorno, Alessandra, 1978. "Political Exchange and Collective Identity in Industrial Conflict", in Croach, C. & Pizzorno, A., *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*, Londres, The MacMillan Press.

Przeworski, Adam, 1986. *Capitalismo e Social-Democracia*, São Paulo, Cia. das Letras.

Reis, F.W. & O'Donnell, G., 1988. *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice.

Rodrigues, José A., 1977. *Sindicatos e Desenvolvimento*, São Paulo, Símbolo.



unidade dos trabalhadores que a CUT constrói seu discurso de esquerda. É em nome da mesma unidade que Medeiros se declara pragmático (e não de direita, porque o pragmatismo, em sua concepção, não comportaria esta diferenciação "retrógrada", ou contra a modernidade). Mas o que são estas senão alternativas num campo de ação política?

O discurso de Medeiros, enquanto discurso que se quer pragmático, apresentou-se como um discurso sobre o que é possível fazer em face de uma *realidade contundente*, que imporia por si mesma o caminho a ser dado às ações. É o discurso da "adaptação às circunstâncias como elas são para delas tirar o maior proveito". A "realidade contundente" verte-se, então, no parâmetro normativo por excelência<sup>30</sup>. Sua temporalidade é o aqui e agora, e seria de se esperar que a ação sindical mesma se devesse restringir ao universo da categoria que Medeiros dirigia, se seu discurso fosse levado às últimas consequências.

Entretanto, tratou-se de um discurso público, ou que encontrou imediata e farta divulgação nos meios de comunicação de massa. Ao incidir no cenário sindical dominado pela CUT, ele só se podia definir pela negativa. O momento de positividade da definição de si mesmo como identidade só se daria mais tarde, por meio da consolidação de certas práticas e de sua disseminação por outros sindicalistas que, então, passariam a se identificar como "sindicalistas de resultados" e não como não-CUT.

Isto significa que o caráter político do discurso pragmático não se restringiria à sua apresentação como alternativa à CUT. Seu caráter político se revelou, principalmente, por ter sido ele um discurso público que incidu sobre uma arena em que os conceitos são "contestados", isto é, passíveis de leitura diversa tanto em relação aos critérios de sua aplicação, quanto em relação ao seu escopo (Connelly, 1974). Ao incidir sobre esta arena, o discurso teve o papel de alinhar afinidades e divergências. Finalmente, ao apresentar-se na forma de um discurso prescritivo, como uma linha de ação a ser seguida, afinidades e divergências não se puderam definir de modo passivo, mas sim como alinhamentos consequenciais, que redundariam em redefinição da forma da arena político-sindical (que até aqui opunha empresários e trabalhadores organizados como agentes antagônicos), assim como do conteúdo do que se disputava (a transformação do capitalismo via ação sindical sai de cena enquanto um de seus objetivos). Em suma, o discurso visava à organização de identidades, tornando-se ele mesmo elemento de identificação. Seu objetivo era mudar o padrão de ação sindical, opondo a negociação, que valorava positivamente, ao confronto, negado enquanto personificado pela CUT. E o fez de uma forma que obrigou seus interlocutores (a CUT e os empresários de modo mais direto, mas em seguida também o Estado), a se posicionarem frente a ele, e este posicionamento foi essencial à demarcação mais ou menos precisa do sentido do discurso proferido<sup>31</sup>.

A enunciação pública, por um líder sindical, de um desejo de intervir no ambiente e dar-lhe determinada direção, revelou-se como uma prática política. Não teria sido assim se Medeiros assumisse a direção do SMSP e se voltasse para sua base para organizá-la e "tirar dos empresários o máximo

Sader, Eder, 1988. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo — 1970-1980*, São Paulo, Paz e Terra.

Schwartzman, Simon, 1982. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Campus, 2a. ed.

Simão, Azis, 1961. "Industrialization et Syndicalisme au Brésil", *Sociologie du travail*, 3, out./dez. 1961. —, 1966. *Sindicato e Estado*, São Paulo, Dominus.

Singer, P., 1988. *Impacto do Plano Cruzado sobre o Emprego, a Renda, Poupança e Consumo*, São Paulo, Cebrap.

—, 1988a. "Reflexões sobre Inflação, Conflito Distributivo e Democracia", in Reis e O'Donnell (1988).

Sola, Lourdes, 1988. "O Choque Heterodoxo e a Transição Democrática sem Ruptura: uma abordagem transdisciplinar", in Sola, Lourdes (org.), *O Estado da Transição: política e economia na Nova República*, São Paulo, Vértice.

Tavares de Almeida, M.H., 1987. "Pacto Social na Nova República", *Presença*, 10.

—, 1981. "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil", *Dados*, 24 (2).

—, 1983. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in Tavares de Almeida, M.H. e Sorj, Bernardo, *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense.

—, 1985. "Sindicalismo Brasileiro e Pacto Social", *Novos Estudos*, 13.

—, 1988. "Difícil Caminho: sindicatos e política na construção da democracia", in Reis e O'Donnell (1988).

—, s.d. *Os Trabalhadores e as Novas Demandas Sociais*, São Paulo, Cebrap.

Vianna, L.W. (1976). *Liberalismo e Sindicatos no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Weffort, F., 1969. "Sindicatos e Política", tese de licenciatura, São Paulo, USP, mimeo.

possível", de modo pragmático, sem contudo vir a público para dizer que é isso o que os sindicatos *devem* fazer.

De fato, apenas com a emergência de Medeiros na cena sindical o que se denominou "sindicalismo de resultados" deu mostras de ser uma corrente já presente no meio sindical nacional. É como se esta corrente tivesse estado nas sombras, e Medeiros tivesse tratado de iluminá-la. A enunciação do discurso foi capaz de mobilizar opiniões, afins ou contrárias, na qualidade de parâmetro ou de orientação para outros setores sociais para além do próprio meio de onde as declarações partiram. Neste sentido, o discurso ele mesmo foi uma forma efetiva de intervenção no ambiente.

Entre o momento analisado aqui e o surgimento da Força Sindical, muito se deu. Mas as bases de sua existência foram plantadas no correr de uma trajetória pessoal rumo à politização e ao reconhecimento das premissas assinaladas acima, na qual Medeiros despontou como ator social que veicularia uma prática capaz de aglutinar adeptos e intervir *coletivamente* no ambiente. Mas esta é outra história.

Abreviaturas de jornais citados

FSP: Folha de S. Paulo

GM: Gazeta Mercantil

JB: Jornal do Brasil

JT: Jornal da Tarde

OESP: O Estado de São Paulo

Adalberto Moreira Cardoso é mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Cebap.

---

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 32, março 1992

pp. 165-182

---

#### RESUMO

Este artigo procura delimitar as condições de fundo que possibilitaram a emergência do ator político Força Sindical segundo uma determinada feição, a partir da análise da trajetória de Luis Antônio de Medeiros. O Autor mostra como alguns condicionamentos estruturais relativos ao padrão histórico de incorporação dos trabalhadores na sociedade brasileira, associados a uma conjuntura de aguda crise econômica e de crise dos sistemas representativos durante o governo da "Nova República", vedaram o caminho pragmático que o discurso de Medeiros prescrevia como meta de um sindicalismo posto por ele como "moderno". O próprio discurso pragmático daquele sindicalista mostrou-se fortemente político, pois incidiu num cenário dominado pela CUT, e em que as forças no comando da transição estavam em busca de interlocutores no meio sindical para um controle pactuado da crise econômica.